

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ELIELZA CAMARGO SOUZA

**A utilidade da informação contábil para a tomada de decisão: Um estudo de caso na
Universidade Federal de Rondônia**

PORTO VELHO – RO

2022

TÍTULO: Correlação entre os sistemas de Gestão para a tomada de decisão e os principais documentos contábeis com indicativos de melhoria e intervenção.

RESUMO:

Este relatório que além de mostrar a situação atual do uso da informação contábil para a tomada de decisão na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) oferece ações a serem implementadas visando a melhoria do uso das informações contábeis para a tomada de decisão e em especial indica algumas intervenções necessárias para gerar um suporte de dados confiáveis para que os gestores realizem as tomadas de decisões com maior precisão.

INSTITUIÇÃO/SETOR

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é a única universidade pública de Rondônia, sendo esta o objeto de estudo e de proposição de intervenção. Sua sede administrativa da UNIR fica em Porto Velho, onde estão a Reitoria e as Pró-Reitorias de Administração (PRAD), de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), de Graduação (PROGRAD), de Planejamento (PROPLAN) e de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPesq). Particularmente a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) é responsável pelo planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades de planejamento, orçamento e organização da universidade.

PÚBLICO-ALVO DO PROBLEMA

A pesquisa apresenta como público-alvo os gestores da área de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças, mas também em um segundo plano existe uma sociedade que é impactada pelas ações da UNIR e demais *stakeholders*, que podem demandar por acesso à informação contábil para a tomada de decisão, assim como exercer a cidadania e democracia a partir de mecanismos digitais de participação cidadã, como as páginas de transparência alimentadas por informações extraídas da contabilidade.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Em um estudo realizado por Messias; Freitas; Zanchet (2018) onde buscaram analisar o processo de construção de informação contábil nas universidades federais brasileiras, sob a perspectiva de 63 contadores responsáveis pela elaboração dos relatórios contábeis em universidades federais. Os autores usaram como sustentação para a elaboração do instrumento de coleta de dados e para as análises dos resultados as teorias da Comunicação e da Semiótica. E obtiveram que os Contadores consideram fatores como a formação e as atividades desenvolvidas pelo usuário, a finalidade, prazos e o canal que melhor se adequa às necessidades dos demandantes, propiciando qualidades à informação produzida. Também comprovaram que a informação contábil ainda não figura entre os instrumentos apoiadores do processo decisório das universidades, uma vez que não apresenta demanda representativa em todas as organizações (MESSIAS; FREITAS; ZANCHET, 2018).

Segundo este estudo realizado, as informações contábeis, no cenário atual, têm utilidade secundária no processo decisório, apesar de ser a base da informação que é alimentada nos sistemas de gestão utilizados pelos gestores. Contudo, a informação contábil fica apenas restrita às obrigações legais.

Desta forma, mostra-se como um campo propício para estudos relacionados ao processo de informação contábil. A informação produzida pela Contabilidade é aquela que altera (ou deveria alterar) o estado da arte do conhecimento de seu usuário em relação à organização e, a partir de suas interpretações, utilizá-la para tomar decisões e para solucionar problemas (VALENTE, 2014).

OBJETIVOS

Identificar a utilidade das informações contábeis para a tomada de decisão na Universidade Federal Rondônia

ANÁLISE/DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Os resultados apreendidos na dissertação demonstram a necessidade de aperfeiçoamento das práticas referentes a utilização da informação contábil como ferramenta de gestão na tomada de decisão na Universidade Federal de Rondônia. Os gestores

(tomadores de decisão) demonstraram não utilizar as informações contábeis para além das obrigações legais como prestação de contas aos órgãos de controle. No entanto revelaram a necessidade de um maior acesso às informações contábeis para uma melhoria na tomada de decisão, como também uma maior integração, inclusive por meio de Sistemas de Informação, entre informações contábeis, orçamentárias, financeiras e de planejamento.

O estudo foi realizado na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), criada em 1982 pela Lei nº 7011. A UNIR possui oito campi, localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. A sede administrativa da UNIR fica em Porto Velho, onde estão a Reitoria e as cinco Pró-Reitorias. A Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) é responsável pelo planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades de planejamento, orçamento e organização da universidade.

Dessa forma, esta pesquisa teve como unidade de análise a Pró-Reitoria de planejamento (PROPLAN) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) partindo do pressuposto que os Pró-Reitores de planejamento são os principais responsáveis pela tomada de decisão, principalmente as que dizem respeito aos aspectos orçamentários e financeiros

SISTEMAS GERENCIAIS INTEGRADOS COM O SISTEMA CONTABIL

As Demonstrações Contábeis (DCON) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000.

Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. As DCON são elaboradas a partir das informações contábeis constantes no SIAFI. As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP).

I - SISTEMAS CONTÁBEIS

Abaixo serão apresentadas as demonstrações contábeis obrigatórias emitidas pela instituição e que atendem a Lei 4320/64 que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Quadro 01 - Demonstrações contábeis obrigatórias emitidas pela instituição

Demonstração	Descrição e finalidade	Periodicidade
Balanco Patrimonial	Estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. De acordo com a lei 4.320/1964, o BP deve demonstrar: I – O Ativo Financeiro II – O Ativo Permanente III – O Passivo Financeiro IV – O Passivo Permanente V – O saldo Patrimonial VI – As Contas de Compensação	Trimestral
Balanco Orçamentário	De acordo com a lei 4.320/1964, o Balanco Orçamento demonstrará as receitas e despesas em confronto com as realizadas. O Balanco Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e suas com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.	
Balanco Financeiro	De acordo com a lei 4.320/1964 o Balanco Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior.	
Demonstração das Variações Patrimoniais	A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.	
Demonstração do Fluxo de Caixa	A DFC permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuro de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.	
Notas Explicativas	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas	

Demonstração	Descrição e finalidade	Periodicidade
	não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.	Anual

Fonte: Elaboração própria - baseado na Lei 4.320/1964

Desses demonstrativos obrigatórios, seria interessante a utilização pelos gestores, do Balanço Patrimonial, uma vez que esse demonstrativo reflete a situação Patrimonial da Instituição, permitindo ao gestor tomar decisões com base na situação real da Universidade de acordo com os seus bens e direitos, como também as obrigações da Instituição.

Cabe destacar que na pesquisa foram relatados pelos gestores, divergências entre as informações contábeis evidenciadas pela Contabilidade com as fornecidas pela Coordenação de Patrimônio da Universidade, dificultando assim a análise das informações extraídas dos sistemas contábeis.

Para a tomada de decisão relativas a discriminação dos gastos da Instituição, seria interessante a melhoria de critérios e uso da Demonstração de Variações Patrimoniais na avaliação dos gastos da Universidade e se estão atendendo a contento os objetivos/missão da organização.

Já as demais demonstrações DFC, DMPL, BO e BF e Notas Explicativas, juntamente com as já citadas são demonstrações obrigatórias a serem apresentadas ao MEC periodicamente e consolidadas ao final do exercício. Caso as demonstrações não sejam apresentadas, o MEC emite uma advertência à Instituição através de Comunicado do SIAFI, podendo a gestão instituir PAD contra o servidor responsável pela emissão dos demonstrativos contábeis.

O ambiente educacional está mudando rápida e de forma contínua, tornando-se mais complexo e menos previsível, e cada vez mais dependente de informação e de uma estrutura tecnológica que permita o gerenciamento de grandes quantidades de dados. A tecnologia está gerando transformações, que estão ocorrendo a nossa volta de forma ágil e sutil. É uma variação com consequências fundamentais para o mundo das organizações, causando preocupação diária aos administradores das instituições de ensino. A convergência desta estrutura tecnológica com as telecomunicações que, aniquilou as distâncias está determinando um novo perfil para os serviços educacionais.

Um Sistema de Informações para Ambientes Educacionais deve possuir a característica de auxiliar os processos rotineiros da instituição como compras, contas a pagar, contabilidade etc. Mas sua principal força deve ser concentrada em três pilares que formam a organização educacional: alunos, professores e administração. A importância destes três segmentos é inquestionável. É imprescindível para a vida de qualquer instituição acadêmica possuir informações contábeis sobre a vida da mesma. Informações contábeis que possibilitem a tomada de decisões adequadas à organização visando a melhoria das condições educacionais.

O SIPAC é um sistema que está sendo implantado na UNIR, um dos entrevistados nesse estudo acredita que esse sistema traz benefícios para tomadas de decisões já que as informações contábeis fornecida são em formato de relatório, assim para melhorar que esses relatórios estejam disponíveis em tempo real e com informações úteis, é interessante que seja vinculado ao PDI. Para isso é importante que tenha uma equipe técnica, preparada para trabalharem com essas informações contábeis antes de chegar aos gestores e pró-reitores.

Na Universidade a contabilidade é uma unidade técnica que se mostra sempre ativa, pois na medida em os gestores (pró-reitores) precisam que eles tenham as informações em tempo real, já que o sistema de informação contábil nesse setor já é bem estruturado. Na contabilidade os pró-reitores têm sempre em mãos e no sistema os relatórios contábeis.

II - SISTEMAS GERENCIAIS

Os pró-reitores (gestores) buscam informações para a tomada de decisão no que concerne a execução financeira, orçamentária e de planejamento, para conseguir dar prioridade às questões ligadas aos objetivos/missão da Instituição. Dessa forma eles procuram informações filtradas e direcionadas a cada tipo de decisão. Assim, para permanecer servindo os gestores, essa unidade deve estar lincada aos demais sistemas (SIPAC, SIAFI e o Tesouro gerencial) que já vem sendo implantado na Universidade. O quadro 2 a seguir traz os sistemas gerenciais integrados com sistema contábil da UNIR.

Quadro 2: Sistema Gerencial Integrado com o Sistema Contábil

SISTEMA	Tipo	Informação Gerada	Correlação contábil
SIPAC	Sistema Interno Iniciou a implantação em 2018 (em	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e contrato. Principal Sistema para controle dos contratos administrativos.	Balanco Patrimonial (Passivo – Fornecedor). Balanco Orçamentário (Dispêndio orçamentário)

SISTEMA	Tipo	Informação Gerada	Correlação contábil
	andamento)		
SIAFI	Sistema Externo Operacional - Implantado em 1987	Controle de contas a pagar/Fornecedores (obrigação) Controle de contas a receber (direito). Controle de bens imobilizados (obras, em andamento, softwares etc - direito). Controle de restos a pagar processados (obrigação). Registro de suprimento de fundos (Ativo – adiantamento)	Balanço Patrimonial (Ativo, passivo e Patrimônio Líquido). Balanço Orçamentário (execução orçamentária). Balanço Financeiro (execução financeira-dispêndio financeiro). DVP. (Evidencia as alterações no patrimônio). DFC (Evidencia as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa (financeiro) e os itens de consumo de caixa). DMPL (elaborada anualmente com objetivo de demonstrar os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros).
SIAFI WEB	Sistema Externo – Implantado em 2012	Operações Financeiras onde são lançadas elementos de liquidação/Contas a pagar, folha de pagamento a servidores e pensionistas, pagamentos a bolsistas etc.	Balanço Patrimonial Passivo (Contas a pagar/fornecedores) obras em andamento). (Despesas Administrativas) Balanço Orçamentário (Liquidação). Balanço Financeiro (execução financeira - dispêndio financeiro).
Tesouro Gerencial	Sistema Externo Implantado desde 2015	Esse sistema permite a extração de relatórios gerenciais. Através dele podem ser elaboradas diversas planilhas evidenciando todos os tipos de informação que o usuário necessita: contábil, orçamentária, financeira. Podem ser construídos relatórios gerenciais comparando períodos para dessa forma demonstrar os investimentos ou gastos da Instituição.	Os dados para elaboração de relatórios através do tesouro gerencial são extraídos do SIAFI operacional. Assim todas as informações presentes no SIAFI podem ser utilizadas para a construção de Relatórios Gerenciais através do TG.
Sistema Patrimonial	Sistema Interno	Fornece informações sobre os bens imobilizados da Instituição, desde a aquisição de equipamentos de TI, móveis imóveis, etc., como também a depreciação, amortização e baixa desses bens.	Balanço Patrimonial. Ativo (conta imobilizada). Passivo (fornecedores/contas a pagar)
Sistema de Almojarifado	Sistema Interno	Fornece informações sobre os materiais adquiridos pela Instituição, desde a aquisição de material de manutenção, de expediente, combustíveis etc., como também e baixa/saída	Balanço Patrimonial. Ativo (Conta Estoque). Passivo (fornecedores/contas a pagar)

SISTEMA	Tipo	Informação Gerada	Correlação contábil
		desses materiais no Sistema.	
Plano Anual de Contratações (PAC) Sistema de Planejamento e gerenciamento de contratações. PGC – Implantado desde 2019.	Sistema Interno	Consolida todas as contratações que o órgão ou entidade pretende realizar no exercício subsequente, acompanhadas dos respectivos Estudos preliminares e Gerenciamento de riscos. Permite a maximização dos resultados institucionais e o uso racional dos recursos públicos. Permite a articulação do planejamento das contratações com a proposta orçamentária; a aderência das contratações com o planejamento estratégico da organização; bem como o uso estratégico das compras públicas. Já o sistema PGC está indisponível para realização de alterações do plano de contratações em execução, bem como para novas inserções. No novo sistema PGC o ordenador de despesas poderá cadastrar a disponibilidade orçamentária da instituição e direcionar os valores correspondentes, por meio da funcionalidade “Gestão das Áreas Requisitantes”, possibilitando, assim, um maior controle e adequação à proposta orçamentária do órgão ou entidade.	Proposta Orçamentária LOA (Lei Orçamentária Anual)

Fonte: Fonte: Elaboração própria - Baseado na Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019.

III - RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

Com base no uso dos sistemas gerenciais e contábeis foram identificados três blocos de intervenção para que a informação produzida pela Contabilidade gere um conhecimento aos gestores em relação à organização e, a partir de suas interpretações e considerando a

fidedignidade dessas informações, ela seja utilizada para tomar decisões mais precisas frente às estratégias que cada gestor orienta as organizações.

a) Parametrizar as informações do Tesouro Nacional e do SIAFI periodicamente

Uma das ações que devem ser estabelecidas a partir do que foi verificado nas considerações da dissertação. É que para tomada de decisões e por oferecer relatórios gerenciais a Universidade tem-se o Tesouro gerencial que já vem sendo utilizado na Instituição. Sabe-se que o sistema Tesouro Gerencial lançado em 2015 é um sistema de consultas de informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) Operacional e Gerencial, que possibilita a elaboração de relatórios e painéis a partir da extração de dados da execução financeira, contábil e patrimonial. O sistema Tesouro Gerencial é uma ferramenta que utiliza a plataforma *Microstrategy (software de business intelligence)* para extração de dados, cuja base é o SIAFI, onde são registrados os documentos, e outras informações, que efetivam a execução de despesas ou a apropriação de receitas. Os relatórios podem ser parametrizados para demonstrativos mensais, anuais, compará-los com o mesmo período de anos anteriores, trazer os dados de forma sintética ou detalhada, dependendo da necessidade do Gestor da UNIR. (REIS; PERTEL, 2019).

b) Estruturar Sistemas Internos

Outro ponto de ação é a necessidade de estruturar uns sistemas internos ainda na UNIR, por exemplo, Sistema patrimonial, Sistema de almoxarifado, para que haja uma interação melhor, e principalmente para que não haja uma inconsistência no patrimônio da Universidade. Assim sendo, precisar melhorar a relação entre algumas unidades de forma estruturada para que as informações cheguem a melhor tempo e filtradas, com segurança, com exatidão. Para o não uso ou uso limitado de informações no processo decisório da UNIR, seja minorado poderiam ser executadas algumas ações institucionais tais como: Investir em treinamento e capacitação continuada, promover condições para formação de equipes técnicas para trabalhar na filtragem das informações antes de chegar aos pró-reitores (tomadores de decisão), como também disponibilizar sistemas atualizados e sempre disponíveis, sem paradas e sem falhas, e integrados, além de pessoal de suporte capacitado e acessível.

Segundo o Araújo; et al., (2020) o crescimento no número de servidores é necessário, uma vez que o número de servidores da área de TI representa aproximadamente 5% do

número total de servidores da instituição, levando em consideração o número aproximado de 1.294 servidores a TI deveria ser composta por uma equipe de pelo menos 70 servidores, atualmente é composta por 17 servidores, além desse quantitativo, um à serviço da CPPROD e um à serviço da PROPESQ. Dessa forma não só a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) fica desguarnecida, como os campi também ficam sem um suporte de um profissional da área de TI.

c) Integrar os Sistemas PDTI e alinhar com o Planejamento Estratégico

Assim sendo, outra ação de intervenção é a implantação de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI, 2020, 2022), alinhado ao planejamento de desenvolvimento institucional, com o apoio da Alta Administração e o comprometimento das áreas de negócio na gestão eficiente da informação, minimizará os riscos gerando inúmeros benefícios como:

- Alinhamento da TI com a missão da UNIR;
- Segurança, integridade, confiabilidade e disponibilidade dos dados e das informações da UNIR;
- Tomada de decisão com base em informações seguras;
- Maior transparência dos recursos, atividades e investimentos de TI;
- Maior economicidade nas aquisições e investimentos de TI;
- Uso adequado e responsável dos recursos;
- Maior desempenho dos recursos tecnológicos;
- Conformidade legal e metodológica com as determinações dos órgãos federais de controle para a TI;
- Melhor comunicação na implantação soluções;
- Maior satisfação dos usuários.

Portanto, um elemento chave para o PDTI é a sua integração e alinhamento com o planejamento estratégico e as estratégias de negócio da UNIR. Como documento norteador deste trabalho, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, publicado em Julho de 2019, e vigência até 2024, que destaca os objetivos e eixos estratégicos desta instituição em consonância com a área de Tecnologia da Informação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

IV - IMPLICAÇÕES LEGAIS PELA FALTA DE INFORMAÇÃO NOS PRAZOS ESTABELECIDOS

Vale ressaltar que as informações contábeis têm prazos estabelecidos legalmente para serem produzidos e a ausência dessa informação gera um Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) aos Gestores e o responsável.

O processo administrativo disciplinar (PAD) é o instrumento que a Administração Pública utiliza para apurar infrações funcionais e aplicar as penalidades cabíveis aos agentes públicos. Além do PAD, temos também a sindicância, que é um procedimento mais simples e sumário para apurar a existência de irregularidades no serviço público. No âmbito da Universidade, a Gerência de Procedimentos Disciplinares (GPD) é o setor da Universidade responsável por gerenciar, aprimorar, conduzir e acompanhar os Processos Administrativos Disciplinares (PAD), sindicâncias, apuração de irregularidades funcionais relativas à acumulação e ao abandono de cargo, bem como relacionadas à violação ao regime de Dedicação Exclusiva aplicável a parte do corpo docente, dentre outras atividades (MAPA JURÍDICO, 2022).

RESPONSÁVEIS/CONTATOS

DISCENTE: ELIELZA CAMARGO SOUZA. Email: elielza.souza@unir.br

ORIENTADORA: ILUSKA LOBO BRAGA. Email: iluska.lobos@unir.br

DATA DA REALIZAÇÃO DO RELATÓRIO

13 de Janeiro de 2022

REFERÊNCIAS

AFFONSO, L. M. F. et al. **Gestão de informações no setor público**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

ARAÚJO, Edson Carlos Froes de; et al.,. Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – **Relatório de gestão do exercício de 2019**. Relatório de Gestão do exercício de 2019, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU nº178/2019. Porto Velho, 2020.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR. **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018**. Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 170/2018, Decisão Normativa 175/2018 e Portaria TCU nº 369/2018. Porto Velho – Março/2018. Disponível em: <https://www.unir.br/noticias_arquivos/26855_rg_2018___final_mesmo.pdf>. Acesso em 12 jan. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2019-2024** / Fundação Universidade Federal de Rondônia – Porto Velho, RO, 2019. 374p.: il. Formato: pdf. Disponível em: <www.pdi.unir.br>, 10 jan. 2022.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. Brasília, 4 de maio de 1964; 1432 da Independência e 76ª da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MESSIAS, Diego; ZANCHET, Aládio; FREITAS, Francielle R N Voltarelli de. A construção da informação contábil no setor público. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador-Bahia. V. 12, N. 2, Pág. 4-21, mai-ago 2018.

MAPA JURÍDICO – Sindicância e processo administrativo disciplinar do servidor público. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/sindicancia-processo-administrativo-disciplinar-lei.htm>>. Acesso em 10 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundação Universidade Federal de Rondônia- Plano Diretor de Tecnologia da Informação. (PDTI) 2020-2022. Versão 0.3 – 05/04/2020 - Pró-Reitoria Planejamento Diretoria de Tecnologia da Informação Porto Velho – 2020

REIS, Jair Teixeira dos; PERTEL, Geani Esther. **Contribuição do tesouro gerencial como ferramenta de controle da execução orçamentária**. Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, vol. 2, n. 1, p. 33-58, jan./jun. 2019.

SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO SERVIDOR PÚBLICO. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/sindicancia-processo-administrativo-disciplinar-lei.htm>>. Acesso em 10 jan. 2022.